

PROCESSOS PRODUTIVOS CONTEMPORÂNEOS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

**Marcia Cavalcanti Raposo Lopes¹
Luiz Antonio Saléh Amado²**

INTRODUÇÃO

Pensar a transformação social e seus processos é até hoje um grande desafio. A história nos mostra que as sociedades e os sujeitos se transformam no tempo, mas como se dá esta transformação? Como favorecê-la repensando suas possíveis direções?

Discutir estas questões nos impele a pensar sobre o funcionamento social, seus esquemas de contínua (re)produção e seus espaços de diferenciação. Entre as inúmeras entradas possíveis para examinar estas questões, optamos por discuti-las a partir do campo do trabalho, espaço privilegiado de produção da existência e instaurador de relações e práticas sociais.

É neste sentido que nos propomos a discutir alguns dos desenhos que vêm se configurando no âmbito dos processos produtivos das sociedades contemporâneas. Assim, tomamos a análise dos espaços laborais reestruturados em função da nova lógica flexível da produção e a problematização das crescentes iniciativas produtivas dos setores populares como eixos de discussão para a reflexão sobre os limites e as possibilidades de movimentos transformadores nas sociedades contemporâneas.

¹ Professora-pesquisadora do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde (LATEPS), da EPSJV/Fiocruz. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2006) e professora do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá. Contato: mlopes@epsjv.fiocruz.br.

² Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2006), professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Contato: saleh@uerj.br.

A primeira seção deste texto apresenta algumas das contribuições trazidas pela análise institucional francesa na discussão do conceito de instituição, construindo o arcabouço teórico que nos permitirá refletir sobre nosso objeto. A seção seguinte pretende analisar a reestruturação produtiva e seus possíveis efeitos no sentido da transformação social e, por fim, na última seção, o desenvolvimento da economia dos setores populares, enquanto atividade produtiva alternativa, será pensado à luz da mesma reflexão.

ENTENDENDO O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Faz-se necessário, então, apresentarmos o conceito de instituição utilizado neste trabalho e, logo de início, desfazermos o equívoco provocado pelo entendimento generalizado, segundo determinada acepção utilizada por campos disciplinares e sociais os mais variados. Trata-se, do uso ordinário deste conceito com o sentido de estabelecimento, como escolas, fábricas, hospitais etc, o que indica sua compreensão a partir das características materiais e concretas assumidas pela instituição.

De acordo com o referencial institucionalista, contudo, as instituições são tomadas como entidades abstratas, como algo não imediatamente localizável, formas que produzem e reproduzem as relações sociais ou forma geral das relações sociais, que são instrumentadas em estabelecimentos (RODRIGUES e SOUZA, 1987).

Podemos descrever a sociedade como um tecido de instituições que se articulam entre si, servindo para regular a produção e a reprodução das atividades humanas e as relações entre as pessoas. Segundo Baremblytt (1992), as instituições são lógicas, enunciados que, de acordo com o grau de formalização assumido, podem ser leis ou normas. Nestes casos, em geral, são escritas, mas podem ser também pautas ou regularidades de comportamento, revelando que a instituição prescinde deste tipo de formalização.

Entretanto, ao desempenharem o papel de reguladoras da vida humana em sociedade, muito frequentemente, as instituições mate-

rializam-se em dispositivos concretos – as organizações. Estas assumem formas materiais variadas, compreendendo desde complexos organizacionais tal como um ministério até pequenos estabelecimentos, como escolas, clubes, fábricas etc. Baremlitt resume assim esta idéia:

[...] as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam, as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão pelas instituições (1992, p. 30).

Uma das principais contribuições do pensamento institucionalista para a problematização da dinâmica social, é a investigação das condições históricas de produção e reprodução das instituições. Contrariamente à tendência de considerá-las universais e atemporais, o institucionalismo fornece instrumentos necessários ao questionamento desta suposta transcendência social e histórica. Assim, a partir do delineamento de certos aspectos da instituição, da explicitação de suas principais características, torna-se possível compreendê-la não como uma “natureza”, mas à maneira de práticas construídas socialmente.

Ainda conforme o institucionalismo, o conceito de instituição encerra dois outros conceitos: o de instituinte e o de instituído. De acordo com Baremlitt (1992), o primeiro compreende os movimentos que geram ou transformam a instituição, apresentando características dinâmicas, processuais, enquanto o segundo diz respeito aos resultados da ação instituinte, desempenhando a função de organizador das atividades sociais e, por isso mesmo, vital para a sociedade, porém, quando exacerbado, caracteriza-se frequentemente, pela rigidez e pela paralisia, servindo ainda à naturalização de formas de dominação e de exploração. A relação dialética entre os dois conceitos confere uma dinâmica própria ao processo de institucionalização, que, ora sendo dominado por processos revolucionários instituintes, ora ficando submetido ao conservadorismo

das normas e regulações instituídas, apresenta-se, respectivamente, ou permeável – constantemente aberto à criatividade e às transformações –, ou vedado – resistente aos movimentos instituintes e despotencializador das forças vivas.

Destas análises surgem, então, dois pontos que precisam ser problematizados.

Acerca do primeiro, é importante afirmar que nem sempre as novidades ou as mudanças significam, obrigatoriamente, a existência de movimentos instituintes. Para que um processo possa ser considerado instituinte não é suficiente apresentar-se apenas como algo diferente do anterior, mas deverá carregar no seu bojo, fundamentalmente, o questionamento das relações e das práticas instituídas. Deste modo, o estímulo à mudança e à inovação deve ser problematizado cuidadosamente antes de ser considerado o elemento provocador de rupturas com estruturas instituídas.

O outro ponto exige uma discussão mais ampla e envolve os processos de institucionalização. Para que determinados processos de mudança se tornem efetivos, ou seja, que certos movimentos instituintes produzam as transformações das práticas instituídas, é necessário que transbordem os limites da atividade revolucionária, que avancem além do impulso criativo? A resposta afirmativa a esta questão pode revelar o entendimento de que estes elementos se configuram como recursos ricos em sua processualidade, porém possuem pouco fôlego ou costumam ser de curto alcance, quer dizer, caso não lhes seja possibilitado institucionalizarem-se, tendem a se esgotar rapidamente ou a ficarem restringidos a seu local de origem. Numa outra linha de raciocínio, argumenta-se que tais processos só têm valor como agente propulsor de mudanças se permanecerem livres das amarras institucionais ou, ainda, uma vez tendo entrado em institucionalização, suas forças são esmaecidas, enfraquecendo seu potencial de transformação.

No âmbito da análise institucional, campo de conhecimento a partir do qual escolhemos discutir os processos socioinstitucionais, é comum encontrarmos posicionamentos distintos frente a tal ques-

tão, embora haja concordância quanto ao fato de a institucionalização ser portadora de efeitos indesejáveis.

De um lado, considera-se o processo de construção de instituições necessário, a fim de que mudanças mais efetivas aconteçam. Na realidade, mais do que necessário, inevitável, pois, do contrário, permaneceríamos eternamente num vir a ser que jamais se materializaria em práticas e relações possuidoras de algum sentido. De outro, alerta-se para o grave equívoco de se promover a institucionalização dos movimentos instituintes, tendo em vista a deturpação gerada por este processo nos objetivos iniciais do movimento.

Explorando um pouco mais estas posições, percebe-se que o reconhecimento do caráter inevitável dos processos de institucionalização no jogo institucional reflete o entendimento de que o instituído desempenharia um papel histórico fundamental como regulador das atividades sociais, sustentando e fazendo vigorar as leis, as normas e os padrões constituídos, necessários ao funcionamento da sociedade. Trata-se de uma visão herdeira das tradições jurídica e sociológica, cujo pressuposto é o de que as instituições asseguram a coesão social. De acordo com Remi Hess, a partir deste ponto de vista:

[...] As instituições são a expressão e a garantia da ordem social. [...] elas englobam as normas e as obrigações de comportamento (as normas jurídicas), bem como os grupos organizados no seio dos quais se efetuam os processos de aprendizagem e de socialização (HESS, 2007, p 148).

Em que pese a atitude favorável em relação à institucionalização, problemas potencialmente originados por este fenômeno, como a rigidez, o conservadorismo, etc, não são ignorados por este ponto de vista. A sociedade, assim como a vida, é processo, está em permanente transformação. Deste modo, a utilidade dos instituídos para a vida social é diretamente proporcional à capacidade de as instituições acompanharem os novos estados sociais, respondendo adequadamente ao caráter mutável da vida e da sociedade (BAREMBLITT, 1992), bem como à possibilidade de se manterem abertas ao questionamento dos processos de naturalização das re-

lações de dominação. Esta, aliás, é uma das principais razões do reconhecimento da importância conferida às atividades instituintes e, por conseguinte, da idéia de instituição enquanto processo. Hess (2007) lembra a contribuição de René Lourau, neste sentido, quando este desenvolve a teoria da Análise Institucional, que recupera a dialética contida no conceito de instituição, definindo-a como o resultado do constante enfrentamento entre o já dado – o instituído – e as forças de subversão – o instituinte.

Antes de passarmos ao outro ponto de vista, cujo objetivo é denunciar o desvirtuamento dos princípios fundadores induzido pela institucionalização, vale citar que os analistas institucionais, apoiados em Lourau e no entendimento da dialética envolvendo o instituinte e o instituído, já alertavam para o movimento de recuperação dos processos revolucionários operado pelas instituições, com o objetivo de moldá-los de acordo com suas leis e normas. Neste caso, trata-se do que a análise institucional chama de efeito Mühlmann, ou seja, o processo de recuperação ou integração das forças sociais minoritárias, dos movimentos inovadores, da originalidade etc, através do reconhecimento pelo conjunto das instituições já existentes. Aliás, a possibilidade de converter as forças instituintes em formas equivalentes às conhecidas seria uma condição, ou um sacrifício, a que se submetem os movimentos revolucionários, muitas vezes não percebidos pela maioria das pessoas, a fim de garantir a continuidade de sua existência. De acordo com Hess, o sacrifício:

[...] é imposto pela pressão de outras instituições e, eventualmente, pela pressão direta do Estado e da classe dominante, desejosos de fazer entrar em suas fileiras, transformando-as em “matéria social” de troca, as forças instituintes do movimento oposicionista (idéias, temas formulados pelo movimento) (HESS, 2007, p 152).

Enquanto para determinado ponto de vista a institucionalização conduz as idéias, as criações, enfim, os movimentos instituintes à perda de sua radicalidade, de acordo com outro enfoque não é apenas a força destes movimentos ou seu potencial que é atingido ao se institucionalizarem, mas sim o próprio objetivo, através da adulteração do seu propósito inicial. Como nos lembra Remi Hess,

estas reflexões, construídas por Michel Authier, permitem revisitar a teoria da Análise Institucional, aprofundando o exame acerca dos efeitos provocados pela institucionalização, ao explicarem a adulteração dos movimentos instituintes pelo princípio da falsificação – a perda de sentido sofrida por tais movimentos quando da sua passagem à instituição.

O princípio da falsificação, segundo Hess, é a chave para o entendimento de determinados fenômenos socioinstitucionais, como os que estão presentes nas práticas de determinadas instituições, já materializadas em organizações ou estabelecimentos, em busca de reconhecimento por parte do Estado e de possíveis cotas do seu orçamento. Se uma idéia ou um movimento consegue prosseguir adiante sem os recursos provenientes do financiamento estatal, pode manter-se fiel aos seus princípios e independente do poder hegemônico. Do contrário, a disputa pelo dinheiro público leva à falsificação dos ideais fundadores. E isto é decisivo para o funcionamento institucional, pois o reconhecimento do Estado só é obtido fazendo-se fracassar a razão da existência como instituição (HESS, 2007).

Este segundo ponto de vista, portanto, não menospreza a dialética instituinte-instituído, mas a redefine em termos do compromisso mantido por cada um dos seus elementos com os objetivos fundamentais da instituição. Assim sendo, alertam para o fato de que, não obstante o real desejo de se promover mudanças amplas e duradouras na sociedade, a institucionalização de práticas e de movimentos instituintes tende a apresentar como consequência a falsificação dos interesses que estavam na origem destes movimentos. Como nos alerta Hess:

Nesta ótica, o instituinte se define como o que desenvolve uma lógica de verdade em relação ao momento fundador. O instituído, ao contrário, é o que falsifica o espírito fundador da instituição... Os organizadores esquecem frequentemente o “porquê” de seu trabalho organizacional. A institucionalização é, pois, o recobrimento da profecia por um instituído, cujo efeito é o de negar os objetivos iniciais da instituição para seguir objetivos próprios, sem relação com a profecia do momento fundador. (HESS, 2007, p 154).

Esta discussão parece se concentrar, na realidade, em torno do que vem a ser inevitável: o processo de institucionalização ou a falsificação que lhe é inerente. Deste modo, o dilema “institucionalizar ou não institucionalizar” se inscreve no campo das ações sociais e políticas, onde reside a discussão sobre quais as vantagens e desvantagens da institucionalização para a sociedade. Encarada como fenômeno necessário ao equilíbrio social, a institucionalização poderia ter seu viés conservador contrabalançado com a presença de forças e estímulos oriundos de movimentos instituintes, visando torná-la sensível às mudanças e transformações da sociedade ou, tendo em vista os mecanismos de falsificação que implica, deveria ser evitada, estimulando-se a multiplicação de fenômenos instituintes que desenvolvem-se e autodissolvem-se antes mesmo que cheguem à fase de recuperação pelo conjunto de instituições sociais?

O desafio diante do qual nos encontramos é pensar saídas para os impasses criados por iniciativas transformadoras na sua origem, portadoras de ideais revolucionários, mas que não conseguem fazer avançar suas bandeiras de mudança. Em vez disso, parecem ser fagocitadas pelo sistema institucional e uma vez que demonstrem não lhe representar ameaça, podem até mesmo ganhar o aval do poder hegemônico, servindo, eventualmente, à sua reprodução.

Neste sentido, precisaremos problematizar algumas questões, se quisermos avançar em direção à formulação de alternativas. Inicialmente, não podemos ignorar as colocações de Authier (apud HESS, 2007), alertando para a impropriedade de apresentar a institucionalização como algo inevitável. Esta descrição do jogo institucional está associada a certos tipos de sociedade onde a conquista do poder é considerada como único modo de socialização. Para ilustrar essas colocações, são citados alguns exemplos de iniciativas cujo objetivo não era a conquista do poder, mas a existência e o exercício de práticas alternativas às hegemônicas, que se tornaram viáveis e produziram seus efeitos durante o período de sua existência, sem que para isso fosse necessário chegar ao topo da pirâmide de poder. São os casos, em particular, das relações em rede, como as que freqüentemente podem ser encontradas no ciberespaço. A internet, portanto, é um ótimo exemplo de espaço

social da atualidade que favorece a criação de relações construídas com base numa outra lógica, distinta daquela baseada na construção piramidal do poder.

Mas, ao mesmo tempo que se multiplicam os exemplos de ações sociais protagonizadas por grupos cujo funcionamento fica limitado ao momento instituinte, autodissolvendo-se pouco tempo depois, não podemos ignorar, da mesma maneira, a ampliação dos limites e das possibilidades dos movimentos instituintes, proporcionada pela sua legitimação através da passagem à condição de instituição. Se o processo de institucionalização é portador de efeitos colaterais como os que esvaziam a força dos movimentos originais ou até mesmo alteram seus objetivos fundadores, esta é uma questão que deve ser tratada sem perder de vista o papel dos agentes institucionais neste processo. Segundo Baremblytt (1992), quem confere dinamismo às instituições e ao movimento de institucionalização são os agentes – os seres humanos. São eles os responsáveis pelo desenvolvimento das práticas (discursivas e não discursivas, teóricas e técnicas), dando suporte a todo o movimento. É preciso considerar, portanto, os agentes no processo de institucionalização e, neste sentido, sua importância como autores coletivos dos espaços institucionais.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO INSTITUINTE

Após a segunda guerra mundial, com o fortalecimento da organização do trabalho fordista e a estruturação do Estado de bem-estar social, especialmente na Europa e nos EUA, consolida-se o que Bauman (2001) vai chamar de “modernidade sólida”. Sustentada pela mútua dependência entre capital e trabalho que integrava a maquinaria pesada das grandes indústrias de produção em massa e uma legião de trabalhadores que a colocavam para funcionar, a ordem social vigente se constitui a partir de dispositivos importantes destinados ao enquadramento contínuo dos sujeitos aos espaços sociais estabelecidos, dispositivos designados para atacar anomalias, impedir afastamentos da norma garantindo a reprodução contínua do *status quo*.

O uso disciplinado do tempo e o valor da satisfação adiada forjam o trabalhador fordista que ao se inserir adequadamente na produção garante para si, junto com a proteção do Estado, um espaço de reconhecimento e inserção social.

Os anos 70 testemunham o início do abalramento dos pilares de sustentação deste sistema. A profunda recessão de 1973 coloca em movimento um conjunto de processos que vão gradativamente redesenhar o campo da produção.

[...] as décadas de 70 e 80³ foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas estas incertezas, uma série de novas experiências podem Este texto e sua datação referem-se basicamente ao processo de reestruturação produtiva europeu que, só foi implementado, mais agressivamente, no Brasil, a partir dos anos 90. (retirar trecho em vermelho) representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação social bem distinta (HARVEY, 2001, p. 140).

Desenvolve-se, então, o que hoje se designa por acumulação flexível. Apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, impulsionado pelas novas tecnologias da informação, o regime de acumulação flexível vem justamente corroer a enorme rigidez dos processos fordistas, reestruturando o sistema produtivo e, evidentemente, também, a ética do trabalho.

Esta reestruturação produtiva que marca o início da década de 70 vem incorporando um novo padrão tecnológico e organizacional que tem por objetivo suplantar a crise gerada nestes anos com sistemas de trabalho mais eficientes e com maior produtividade.

Em relação ao cotidiano do trabalho pode-se apontar, conforme as análises atuais, duas tendências contraditórias: por um lado, ressalta-se o intenso processo de precarização e desproteção a que está sendo submetida uma massa enorme de trabalhadores, dei-

³ Este texto e sua datação referem-se basicamente ao processo de reestruturação produtiva europeu que, só foi implementado, mais agressivamente, no Brasil, a partir dos anos 90.

xando extremamente vulnerável sua organização e dificultando muito a luta por seus interesses, já bastante comprometida em função da acirrada competição pelos postos de trabalho. Por outro lado, entretanto, consagra-se a valorização do trabalho qualificado, o resgate do saber do trabalhador e o estímulo ao seu crescimento e à sua capacidade de invenção, aumentando a autonomia dos sujeitos e sua possibilidade de criação, assim como a discussão crítica dos processos de trabalho e mais amplamente das relações sociais que os determinam.

E neste ponto exato situa-se nossa questão. Analisando, mais detidamente, a segunda tendência, é possível perceber que a realidade do sistema produtivo, que começa a ganhar forma, combina os velhos mecanismos de controle e vigilância típicos da produção fordista, como remuneração e promoções, com o investimento na motivação, na participação e no envolvimento do trabalhador com seu trabalho. “Os mecanismos de controle sobre o trabalho, internalizados pelo trabalhador, devem potencializar o envolvimento, a cooperação e a responsabilidade” (COLBARI, 2001, p.122), produzindo, conseqüentemente, um “sujeito trabalhador”⁴ diferenciado e, ao mesmo tempo, uma nova estrutura sociopolítica⁵.

Caracterizada pela flexibilidade e por oferecer maior “liberdade” para os trabalhadores, a nova organização do trabalho requer um sujeito criativo e autônomo, que não se limite a exercer tarefas pré-estabelecidas, que saiba lidar não só com os imprevistos rotineiros do trabalho, mas que possa refletir, produzir e transformar processos e produtos garantindo sempre vantagens competitivas para as empresas. Seguindo a agilidade do capital,

⁴ Com sujeito trabalhador, nos referimos a um determinado padrão produzido que não se remete unicamente ao sujeito que está trabalhando, empregado. Pois este padrão afeta não somente os inseridos no mercado de trabalho, mas também aqueles que dele não participam e desejam participar. Aqui, a noção de empregabilidade, assim como a busca constante dos sujeitos por adquiri-la, aparece como fundamental.

⁵ Toda esta nova reorganização socioprodutiva e subjetiva, que já é bastante visível no primeiro mundo, chega ao Brasil com um pequeno atraso. Neste sentido, vale ressaltar que esta tendência, embora já seja perceptível em alguns processos produtivos em nosso país, não pode ser ainda considerada como padrão, indicando apenas um movimento de transformação.

o novo trabalhador precisa estar sempre produzindo, transformando-se, lançando-se e adaptando-se a novas situações. Além disso, a nova organização do trabalho investe na noção de equipe, reconhece a importância da escuta e da troca entre trabalhadores e propõe maior horizontalização das relações de trabalho.

Aparentemente, abre-se um espaço de revalorização do trabalhador não só como instrumento produtivo, mas como ser pensante e criador. Além disso, propicia-se, supostamente, a construção coletiva, a produção e a partilha de novos saberes e valores, impulsionando a transformação do instituído.

Entretanto, as qualificações requeridas para o novo trabalhador podem se inscrever num outro registro. Ligadas aos interesses e necessidades atuais colocadas para as empresas no novo capitalismo, a autonomia, a reflexão e a criatividade, por exemplo, estão conectadas à preocupação com a produtividade e com problemas que prejudiquem o processo de produção e acumulação, não favorecendo a discussão das práticas hegemônicas do sistema vigente⁶.

Deve-se ressaltar, também, como nos mostra Richard Sennett (1999), que embora valorize o trabalho em equipe e se proponha a favorecer espaços de produção grupais, a nova organização do trabalho é atravessada por um outro conjunto de aspectos fundamentais, constituintes das sociedades contemporâneas: a falta de uma trajetória temporal, característica de uma economia política continuamente replanejada, que despreza qualquer rotina e tem seus objetivos amarrados ao curto prazo; a competitividade – mesmo escamoteada – que se produz numa sociedade onde não há espaço que garanta reconhecimento para todos e as contradições – ainda que encobertas – das relações “líder-liderados” (leia-se chefia-funcionários).

Cria-se, então, quase sempre, uma comunidade fictícia sem relações humanas constantes e objetivos duráveis, sem relações

⁶ A esse respeito, ver André Gorz (2003).

de confiança e com a presença de relações de poder dissimuladas sem que se efetive a figura de autoridade que lhe corresponde⁷.

Assim, apesar de estimular a autonomia e a inventividade dos trabalhadores, e de valorizar o trabalho em equipe, propiciando, em tese, a troca e o reconhecimento mútuo dos indivíduos, o cunho extremamente individualista e produtivista da organização flexível, estimula o isolamento e a competição. Além disso, estes novos processos produtivos não podem ser pensados separados do movimento generalizado de precarização das relações trabalhistas que os acompanha, gerador de enorme insegurança no conjunto dos trabalhadores.

Com tudo isto, dificilmente é possível um processo de “cumplicidade” que envolva a construção coletiva de referências e a produção/criação de cultura, de conhecimento, de contornos subjetivos que escapem à lógica instituída pelas sociedades contemporâneas. Na realidade, o espaço para a produção do novo – se é que podemos chamar efetivamente de novo – parece absolutamente cercado pelo nexos próprio do capital já que se constitui a partir de valores e relações atreladas ao sistema de mercado. Longe de imprimir um movimento instituinte, parece apenas dar novas roupas às mesmíssimas formas de relação instituídas.

É verdade que os novos contextos produtivos impulsionam mudanças que se efetivam rapidamente não só na vida cotidiana dos sujeitos como também nas suas formas de viver e entender os processos sociais. Entretanto, este movimento, não garante reorganizações efetivas na estrutura do sistema social, pelo contrário, parecem favorecer sua manutenção, impondo novos controles e estruturando um sistema de poder sutil que reproduz a mesma lógica.

⁷ Define-se figura de autoridade, aqui, como “alguém que assume a responsabilidade pelo poder que usa” (Sennett, 1999, p.136). Assim, “a ausência de verdadeiros seres humanos dizendo ‘Eu lhe digo o que fazer’ ou, no caso extremo, ‘Vou fazer você pagar por isso’, é mais que um ato defensivo dentro da empresa; essa ausência de autoridade deixa livre os que estão no controle para mudar, adaptar, reorganizar, sem ter de justificar-se ou a seus atos. Em outras palavras, permite a liberdade do momento, um foco apenas no presente. A mudança é o agente responsável; e não é uma pessoa. Além disso, poder sem autoridade permite aos líderes de uma equipe dominar os empregados negando legitimidade às suas necessidades e desejos” (p. 136).

Na realidade, o ritmo frenético das mudanças e a velocidade acelerada que elas impõem ao cotidiano configuram um mundo carregado de informações e experiências que envelhecem rapidamente, sendo continuamente substituídas. Imprime-se uma dinâmica social onde a capacidade técnica de produção, a proliferação das mercadorias e a transformação contínua do cotidiano induzem à instabilidade, dificultam as análises críticas e favorecem a anuência passiva e irrefletida dos processos vigentes⁸.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E REORGANIZAÇÃO SOCIAL

Como vimos, os processos produtivos cada vez mais flexíveis e em busca de “inovações” não se constituem, por si só, num caminho para uma nova ordem social. Estimular continuamente processos inovadores nem sempre significa instituir valores e formas de relação que rompam efetivamente com as já instituídas. Voltamos, então, a nossa questão inicial: como favorecer, de fato, o reordenamento das relações sociais? De que forma podem ser instaurados processos de produção da existência que nos permitam organizar novas relações sociais?

Pensando que a nova organização do trabalho e a revalorização do saber do trabalhador não são suficientes para proporcionarem espaços de produção de existência comprometidos com outra lógica, distinta daquela centrada no mercado, as discussões hoje colocadas pelo campo das “atividades produtivas alternativas” talvez possam nos ajudar.

Como nos mostra Souza Santos (2002), as linhas de pensamento crítico que discutem estas questões centram-se, usualmente, sobre três características negativas que são continuamente suscitadas pelos processos produtivos capitalistas e que precisam ser problematizadas. Em primeiro lugar, o capitalismo gera sistematicamente desigualdades de recursos e de poder. A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos

⁸ Sobre isto ver Mancebo (2003)

funcionam como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital. Assim, as mesmas condições que possibilitam a acumulação geram concomitantemente desigualdades dramáticas não só no interior de cada país, mas também entre os países no sistema mundial. Em segundo lugar, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista suscitam formas de sociabilidade empobrecidas e egoístas, baseadas em interesses pessoais, cobiças e/ou medo em lugar de na solidariedade. Em terceiro lugar, o crescente estímulo ao consumismo e a conseqüente exploração progressiva dos recursos naturais em nível global danificam e, mais do que isto, põem em perigo as condições físicas de vida na terra.

A construção de uma nova lógica de relação e de produção que inclua estas preocupações em detrimento do 'produtivismo' e do 'desenvolvimentismo' típicos das sociedades capitalistas parece ser ponto fundamental nas tentativas de escapar deste modelo hegemônico. Neste sentido, coloca-se como fundamental mais do que repensar a dinâmica da produção e a organização do trabalho, compreender o trabalho não apenas por sua propriedade de prover o sustento dos indivíduos e de suas famílias, mas por sua inserção em uma matriz de relações sociais, sendo ele próprio um epicentro de relações e significados (COLBARI, 2001).

Considerando o trabalho como elemento que constitui/está constituído pela cultura e como um dos pontos fundamentais dos processos de subjetivação em nossa sociedade, o que se coloca em análise, ao lado do produto do trabalho propriamente dito, é o conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam no plano das relações que os trabalhadores estabelecem consigo mesmo, com sua atividade, com os demais trabalhadores e com a sociedade.

Deve-se ressaltar, a esta altura, que, a exemplo do ocorrido com os processos de produção flexíveis, a estruturação das atividades produtivas alternativas não garante a efetivação de uma lógica contra-hegemônica. Imersa no conjunto da economia capitalista e construída por sujeitos produzidos a partir de seus nexos, muitas

vezes estas atividades, embora constituídas à margem da lógica mercantil, acabam por reproduzir seus valores e se inserem periféricamente no funcionamento da economia global de modo a corroborar com sua reprodução. Em geral, o crescimento e a institucionalização destas atividades introduzem-nas novamente nas formas hegemônicas de produção, o que nos obriga a analisá-las com cautela.

Segundo Ricardo Antunes (1999), a existência de atividades desenvolvidas pelo Terceiro Setor, como as da economia solidária, possibilita a incorporação de parte dos trabalhadores excluídos pelo desemprego estrutural. No entanto, para o autor, são equivocadas as análises que as consideram alternativas reais de transformação da lógica mercantil.

Tendo em vista o descompromisso do sistema com os inúmeros desempregados provocados pela reestruturação produtiva do capital, as atividades da economia solidária ocupam o vazio deixado pela destruição dos mecanismos do Estado de bem-estar social, seja onde estavam consolidados seja onde existiam de forma precária. Deste modo, não se pode deixar de vê-las como funcionais ao sistema. Por isso alerta Antunes:

Como mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de *transformação social em profundidade*, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo *assimiláveis* pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade *evitar* as transformações capazes de *eliminar* o capital (ANTUNES, 1999, p. 114. grifos do autor).

Assim, a princípio, a difusão e o fortalecimento da economia dos setores populares, ainda que esta tenha sido inicialmente pensada sob alguns dos novos parâmetros ligados às formas alternati-

vas de produção, não nos conduziria à problematização das práticas destrutivas instrumentadas pelo sistema capitalista.

Por um outro ângulo de análise, entretanto, faz-se necessário reconhecer que a arquitetura destas atividades abre um campo de experimentação e produção instituinte que pode fazer emergir rachaduras nas estruturas dominantes. É preciso, contudo, problematizar estas práticas por vieses menos economicistas e entendê-las como processos sociais mais amplos e não apenas como meios de subsistência das populações excluídas. Como nos aponta Kraychete (2007),

Se o que buscamos são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente. A eficiência econômica não é um fim em si mesmo, não é uma meta que se autovalide, mas pressupõe a indagação: eficiência econômica para quais objetivos? (p. 37).

É neste sentido que Coraggio (2007) propõe a rediscussão da noção de sustentabilidade das atividades produtivas alternativas. Discutir sustentabilidade deixa de ser uma questão puramente técnica, já que esta discussão envolve necessariamente problemas do âmbito cultural e político.

A sustentabilidade vai exigir que o trabalho dos empreendimentos associativos seja valorizado socialmente, não apenas do ponto de vista estritamente comercial e do desejo que outras coisas sejam compradas, mas também do ponto de vista cultural e do ponto de vista ideológico. Não é suficiente que se façam as contas e que elas tenham um resultado positivo, para que haja sustentabilidade. Temos que ser reconhecidos pela sociedade e, como tais, valorizados pela sociedade (p. 77).

É preciso conectar os processos de experimentação ligados às práticas de produção alternativas a tentativas, a ensaios de novas formas de relação, de novos sistemas culturais, de novas instituições sociais, enfim, de novos processos de subjetivação.

Neste sentido, recuperando as discussões anteriores, nos parece que mais do que assinalar caminhos e direções para a transforma-

ção social, supervalorizando movimentos de mudança nas estruturas produtivas, é preciso problematizar as possibilidades de difusão e consolidação de novas relações e práticas sociais instauradas nestes espaços, seja por dentro das empresas tipicamente capitalistas seja nos empreendimentos alternativos dos setores populares.

De um lado, as novas formas de relações propiciadas pela reestruturação produtiva precisam ser colocadas em análise à luz das necessidades dos modos de produção e de acumulação atuais, que definem contornos bastante precisos para as características que os trabalhadores “flexíveis” precisam desenvolver. A transformação dos processos de produção instituídos só implicaria a transformação efetiva da ordem social, caso fosse acompanhada da apropriação pelos trabalhadores dos elementos advindos da reordenação do campo do trabalho – autonomia, flexibilidade, criatividade –, alterando-lhes, portanto, o sentido. Isto permitiria a construção de outros modos de existência a partir das possibilidades abertas, porém não exploradas, pela organização flexível do trabalho.

De outro lado, as atividades produtivas alternativas precisam considerar a importância de discutirem permanentemente seus objetivos, seus modos de articulação, sua função, enfim, escapando da redução ao econômico e, por conseguinte, priorizando as relações e práticas construídas cotidianamente. Deste modo, iniciativas contra-hegemônicas no campo da produção, como as da economia solidária, poderiam se difundir, evitando, contudo, sucumbir ao tipo de institucionalização que leva à reapropriação da sua potência transformadora, pois manteriam ativas as forças instituintes, através da problematização freqüente de suas relações e práticas.

Dessa forma, dando visibilidade à dialética instituído-instituinte, haveria chance para a transformação dos processos de produção instituídos.

Como nos diz Campos (1997), falando destas mesmas questões no campo da saúde pública, a instauração de uma nova civilização está ligada à existência de condições para a constituição de sujeitos que acreditem na viabilidade da alteração do *status quo*.

Assim,

[...] A luta pela transformação das instituições [...] só alcançará sucesso a partir da valorização desse outro plano de luta e implicaria na hipótese de que é possível REVOLUCIONAR O COTIDIANO [...] – ao se trabalhar com o pressuposto de que os mecanismos de dominação/exploração – os micropoderes – podem ser questionados e, até mesmo [contrariados] durante a organização ordinária e comum de vida nas empresas, sindicatos, partidos, instituições... E que isso pode acontecer mesmo quando ainda não se tenha alterado o esquema mais geral de dominação ao nível do estado, da sociedade política e do mundo da produção (p. 67).

Na realidade, é fundamental poder reconstruir estilos de vida e de convivência, estranhar nossas formas cotidianas de relação, construindo novas bases não só para a vida produtiva, mas para a vida de maneira geral.

Conforme apontava Guattari (1990), a fim de enfrentarmos a destruição provocada pelo capitalismo mundial, as engrenagens sociais precisam ser reconstruídas. Isso envolveria leis, programas burocráticos etc, mas, fundamentalmente, a geração de práticas inovadoras, o incentivo e a propagação de experiências alternativas. É, justamente, na articulação “da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época” (p. 55).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAMPOS, Gastão. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança. In CECILIO, Luiz Carlos. (org.) *Inventando a mudança na saúde*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 29-87.
- COLBARI, Antonia. Resistência e adesão no universo das relações de trabalho. In: BORGES, Luiz. MOULIN, Maria das Graças. ARAÚJO, Maristela.

(orgs.) *Organização do trabalho e saúde*. Vitória: Edufes, 2001, p. 113-131.

CORAGGIO, José Luis. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In KRAYCHETE, Gabriel. AGUIAR, Kátia. (orgs.) *Economia dos setores populares – sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 67-99.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo; Edições Loyola, 2001.

HESS, Remi. Do efeito Mühlmann ao princípio de falsificação: instituinte, instituído, institucionalização. *Mnemosine* Vol.3, nº2, p. 148-163 (2007)

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In KRAYCHETE, Gabriel. AGUIAR, Kátia. (orgs.) *Economia dos setores populares – sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 32-66.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo, 2003, p. 75-92.

RODRIGUES, Heliana. SOUZA, Vera Lucia. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In SAIDON, Osvaldo. *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 17-35.

SANTOS, Boaventura, RODRIGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-78.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record, 1999.